

Corpos Femininos, Presos Políticos: notas sobre um projeto em curso

por Inês Ferreira de Almeida

O que gostava de trazer aqui hoje não é tanto um trabalho acabado, mas a forma como tenho pensado organizar este projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em parceria com o Museu Nacional Resistência e Liberdade, que agora se transforma na escrita de uma tese de doutoramento. Pretendo, assim, refletir um pouco sobre os objetivos a que me proponho e as principais ideias que a investigação tem reunido, contando com os vossos comentários e dúvidas para me ajudarem a robustecer o fio condutor deste estudo. Para isso, importa mostrar o esqueleto da tese como ele está, de momento, a partir do seu índice.

Depois de uma breve introdução, começo pela metodologia, considerando importante justificar a particular necessidade das fontes orais num trabalho sobre presos políticos. Neste capítulo, pensa-se sobretudo nas limitações de qualquer arquivo, mas também deste arquivo em específico com as suas omissões afogadas na burocracia da PIDE-DGS. Interessa-nos, depois, pensar a necessidade de um contra-arquivo e, perante as limitações deste, fruto do seu contexto, chegar à oralidade como uma fonte qualitativa, de texturas próprias, não ignorando os problemas a ter em conta na análise dessa recolha.

Daqui parto para o obrigatório Estado da Arte, menos como uma descrição minuciosa de cada obra e mais como um mapeamento dos estudos adjacentes e complementares aos eixos de análise traçados. É para mim central definir também um posicionamento dos termos que utilizarei, tendo em conta o panorama historiográfico existente, aspeto que requer, a meu ver, um enquadramento teórico-conceptual. A parcialidade das palavras implica definir o que entendo por Estado Novo, trabalhando com as noções de ditadura, autoritarismo, fascismo, totalitarismo, e quem se lhe opõe – o porquê de preferir trabalhar com termos como «resistente antifascista», ao invés de «opositor», «herói» ou «vítima». Procura-se, assim, contrariar uma naturalização do vocabulário, que acaba por cumprir, se dele for feita uma utilização acrítica, uma visão muito específica do conjunto do século XX e do evento dos fascismos.

Desses passos introdutórios, penso partir para um segundo capítulo que contraponha o arquétipo de uma mulher dócil, recolhida ao espaço do lar, passiva e submissa, tal como definida pelo regime fascista, à mulher como sujeito político, conhecedora das condições laborais, ativa e combativa, conquistando o espaço público. Para isso, detemo-nos menos nas condições da mulher na

legislação e na propaganda estado-novista e mais na sua função como parte de uma longa tradição patriarcal, exacerbada pelo fascismo, mas relativamente estável na sua estrutura. Assim, à opressão de género junta-se o fator que marginaliza estas mulheres em particular, ainda antes da classe ou importância em estruturas partidárias: a própria participação política. Mais bem sintetizada na ideia da *camarada*, esta mulher será menorizada, masculinizada, patologizada e bestializada pelo seu envolvimento no espaço político e público. A mulher idealizada pelo regime confronta-se com uma mulher demonizada, associada à promiscuidade. Pela sua participação, torna-se menos mulher ou mulher da forma errada, ideia exacerbada pela sua condição prisional, também ela punição necessária para essa falha.

Deste julgamento e punição, partimos para a apreensão e momento do interrogatório no terceiro capítulo, início de uma triangulação entre o que chamamos espaços opressores, corpos agressores e corpos transgressores. Partindo de uma ideia de teatralidade da tortura como definido pelos próprios torturadores e lembrando uma primeira cronologia de punição foucaultiana, procedemos à descrição espacial onde se inicia depois o processo de identificação e as torturas psicológicas e físicas empregues, das mais comuns às pontuais. Importa neste processo o novo estatuto político conquistado pelas mulheres que as leva às cadeias políticas e à própria tortura. A agência política levará, então, ao processo da sua repressão, incluindo aspetos genderizados a que chamamos «torturas morais». Nelas, é central a ideia de menorização da presa enquanto mulher, analisando-se as várias acusações (má esposa, má mãe, mulher desonrada) e as agressões de cariz moral correspondentes (nudez, mimetização de atos sexuais, falta de condições para tratar da menstruação, chantagem com os filhos ou falta de auxílio médico ginecológico). Realça-se aqui não o nível de violência da tortura, mas antes a transversalidade das suas conceções do feminino impostas a estes corpos. Entretecida em toda a violência da inquirição está a variável de classe que, além das responsabilidades hierárquicas do militante, determina o tratamento das presas, embora se note uma progressiva democratização nesse castigo. O interrogatório enquanto espaço de combate e não apenas de subjugação, seguindo alguns críticos da teorização de Foucault sobre o espaço prisional que esvazia de contra-discurso o corpo atormentado, é uma parte importante desta esquematização.

Além da importância da definição das agressões, do espaço em que eles são perpetrados e a quem, num quarto momento, interessa-nos definir os corpos que agridem. Além da importância da ausência de registos dessas agressões, convocamos as imagens das figuras dos agentes, inspetores e chefes de brigada associados a nomes essenciais (Cardoso, Gouveia, Mortágua, Rosa Casaco, Tinoco, Inácio Afonso), não entrando no campo biográfico, mas como um molde do

agressor, a figura que perpetra a violência e que por isso povoa o imaginário do preso, desde o momento em que dele ouve falar até à convivência contínua com a sua presença. Aqui se definem os agentes da agressão enquanto punição de um regime fascista e patriarcal, distinguindo uma violência masculinizada perante presas consideradas menos femininas e, portanto, passíveis de sofrer violência. Trata-se, então, de um comportamento agressor comum a todos os presos políticos, embora os discursos e práticas possam ter outras nuances. A figura do médico enquanto auxiliar na violência perpetrada, através do seu conhecimento especializado, não em nome da saúde do próprio ou da estabilidade coletiva, como no caso dos hospitais psiquiátricos, mas num papel de subjugação pela dor para obtenção de informação ou aniquilação identitária, é uma presença incontornável.

Ainda dentro do mundo dos agressores, importa olhar para as agentes agressoras, particularizada na figura de Madalena Oliveira, mas que é parte de um quadro mais geral de igual introdução das mulheres do lado torcionário. Equiparadas na presença no espaço prisional, também a renegociação dos papéis de género está em causa, desta feita com mulheres do regime por excelência, suas defensoras de primeira linha. Argumentamos que esta participação é crucial por ultrapassar na agência o papel social da mulher, sim, mas também a própria figura da mulher resistente política. Tentando equivaler a esta nova presença feminina contra o regime, cria-se uma mulher de regime com mais poder, masculinizada, de acordo com os próprios padrões ideológicos estado-novistas, e que perpetra, não uma suspeição de violências conspirativas contra a nação ou resistências ao regime a serem travadas, mas violência real, concreta e incontida.

Desse momento crucial do percurso das presas políticas, parte-se para um extenso quinto capítulo que será provavelmente desdobrado em vários, por ser um tema tão vasto: o dos atos de transgressão e combate no quotidiano da prisão. Além das tentativas de entretenimento do próprio em momentos de isolamento (jogos, histórias, cânticos), a coletividade no interior da prisão constitui um forte incentivo à manutenção do ânimo, desde a sociabilidade aos estudos, partilha de bens e confeção de prendas. Assim, será importante explorar as celas coletivas e as cartas que denunciam as suas condições prisionais escritas pelo punho das presas a partir de Caxias que conseguiram chegar ao exterior. Os hospitais e tribunais constituem extensão da opressão do espaço prisional que merece reflexão, sobretudo porque é no espaço hospitalar que se dão as fugas das presas políticas, ao contrário do caso masculino. Ainda indefinido, mas presente, estão os núcleos de famílias resistentes que se encontram na prisão, trazendo o seio do lar ao espaço recluso.

À medida que avançamos no índice, a escrita está menos avançada e, portanto, as ideias necessariamente mais vagas. Há, então, um sexto capítulo sobre trauma, parte do trabalho da memória e vivência de quem é reprimido que me pareceu incontornável. Partindo da ideia de stress pós-traumático, inicialmente ausente dos relatos, e que, com o assunto mais presente na nossa sociedade, é repensado como legítimo, ou seja, sintomas prévios para que agora têm enquadramento de pensamento e linguagem para verbalizar. Esse vocabulário de doença mental permite recuperar os momentos de psicose, temporária e definitiva, do simples medo da loucura no isolamento ao absoluto desespero que culmina em internamento ou em tentativas de suicídio. Inclui-se nesta busca da subjugação do corpo atormentado, a quebra identitária da derrota, das presas que falaram ou denunciaram, no que consideram uma traição dos princípios fundamentais da sua participação política.

O último capítulo antes dos que dizem respeito à relação do exterior com o espaço prisional é um sobre os silêncios no discurso sobre o perfil e comportamento das presas políticas. Falamos da conceção das mulheres como cisgénero, sempre associadas à menstruação e à maternidade, da ausência das mulheres racializadas do espaço da memória, apesar de elas serem referidas nos testemunhos das presas ouvidas como tendo lá estado, e dos não-ditos sobre a prisão enquanto espaço de afetos homossexuais em alguns casos. Também o caso das presas políticas que se amantizam com agentes da polícia política, simbolizado pelo caso de Carolina Loff, estabelece um interessante ponto de reflexão, por uma ideia de afeto a um membro de uma instituição violenta que desperta, por norma, horror ou repulsa. A substituição do combate pela intimidade na dinâmica de poder tem constituído um lugar de perplexidade, também pela ostracização e ausência de testemunhos que nos possam descrever essa transição. Ainda as próprias ideias das presas políticas sobre presas comuns constituem pressupostos a serem questionados. Este momento é, portanto, um mosaico de problematizações, passíveis de alterações e respostas.

Os últimos três elementos relativos à ligação às prisões são, na verdade, um desdobramento de uma mesma posição exterior: a dos visitantes e apoio da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos; o impacto desta experiência no crescimento dos filhos de presos políticos; a aceitação ou recusa das comunidades locais da atividade política dos seus, existindo na ligação com os familiares dos resistentes políticos momentos de solidariedade ou ostracismo. Afinal, os visitantes, famílias e comunidades são a ligação física e imaginada dos presos políticos ao mundo exterior, sendo também o seu aprisionamento parte central do quotidiano e esforço dos seus.

Por fim, gostava de terminar este périplo com o momento de transformação de dinâmicas de poder, aquando do fenómeno da chamada «caça ao pido», em que os reprimidos e solidários buscam o

agressor em liberdade, símbolo de um dos pilares do regime. Embora rapidamente essa perseguição dê lugar a um refluxo, depois de fugas do país e promessas de julgamentos, essa inversão constitui um momento final importante na busca de um fim, negando vingança, mas procurando justiça. Concluía com essa ideia, coincidente com o próprio término cronológico do tema, a que se acrescentam apontamentos de memória pública a que a escrita dará forma.

Peniche, 20 de setembro 2025